



QUALIDADE AMBIENTAL URBANA E QUALIDADE DE VIDA EM NATAL/RN

Maísa Veloso (1)

(1) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail : mavel@ufrnet.br

RESUMO

O texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre a qualidade de vida em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Nele discute-se a relação entre qualidade ambiental e padrão de vida urbano, a partir de uma análise interdisciplinar, onde são trabalhados aspectos do conforto e da psicologia ambientais (sensações e percepções dos usuários da cidade). Natal é considerada uma cidade onde é muito boa a qualidade de vida; ao menos, é essa a imagem veiculada nos meios de divulgação, visando atrair investidores e turistas. Essa imagem é “construída” e “vendida” sobretudo a partir do patrimônio ambiental local - belas paisagens de dunas, mar sem poluição, sol e brisas frescas, praticamente o ano todo. No entanto, a realidade cotidiana local revela um quadro bem menos paradisíaco, principalmente para a grande maioria da população. A percepção da cidade não é mesma para turistas e população residente. A pesquisa demonstra que, apesar de Natal possuir uma qualidade ambiental de nível superior quando comparada a aglomerações do mesmo porte, a qualidade de vida na cidade, em uma avaliação mais ampla, é comprometida por aspectos indispensáveis (ainda que pouco visíveis), como o saneamento básico e a forte concentração de renda.

Palavras-chave: percepção, conforto, meio ambiente, qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

Hoje, é praticamente consenso na literatura a idéia de que a melhoria da qualidade de vida urbana passa necessariamente pela conservação e melhoria dos ambientes naturais e construídos. É nas cidades que se concentra parte considerável dos problemas ecológicos e sócio-econômicos do planeta : degradação ambiental com toda sorte de poluição (sonora, visual, da água, do ar), proliferação de assentamentos precários, criminalidade, dentre muitos outros. Sob esta ótica, a questão ambiental pode ser vista (ao menos, em grande parte) como uma questão essencialmente urbana. Muitos destes problemas presentes nas cidades, em especial aqueles relacionados ao meio ambiente, envolvem questões de gestão, planejamento e projeto do espaço urbano e arquitetônico. Assim sendo, administradores, arquitetos, engenheiros e demais profissionais responsáveis pela concepção e produção dos espaços da cidade, desempenham um papel importante na determinação de melhores condições de vida para a população. O grau de organização e mobilização da comunidade, sobretudo na defesa de seu patrimônio sócio-cultural e ambiental, também interfere bastante neste processo. Uma cidade “sustentável”, entretanto, não é só aquela que preserva suas riquezas naturais ou edificadas, visando em geral o desenvolvimento das atividades econômicas, como o turismo. Sustentabilidade significa também assegurar o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos em termos de habitação, saúde, educação e mobilidade (não só física como social). Em uma avaliação mais ampla, a qualidade de vida urbana incorpora mas não se restringe à

qualidade ambiental. Mas essa sensação de conforto e bem-estar que determinados ambientes transmitem a seus usuários, permitindo condições agradáveis e saudáveis de trabalho, lazer ou repouso é, em muitos casos, o aspecto mais visível/perceptível e valorizado da questão, sobretudo quando se trata de marketing territorial para atrair clientelas específicas. É a imagem ambiental que se “vende” e a ela se associa um padrão de vida de nível superior. Afinal, em tempos ditos “pós-modernos” e de concorrência acirrada, inclusive entre as cidades, os recursos imagéticos, com fortes apelos estético-visuais, estão em alta. Este é o caso de Natal, capital do estado do Rio Grande Norte, tida como um lugar onde é boa a qualidade de vida, imagem fortemente associada à qualidade ambiental da cidade.

Este texto apresenta algumas reflexões acerca da relação entre qualidade ambiental e qualidade de vida urbana, a partir da revisão da literatura inerente ao assunto e dos resultados de uma série de estudos e pesquisas que vêm sendo realizados na Base de Estudos do Habitat, do Departamento de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Toma como exemplo o caso da cidade de Natal e tem como âncora principal uma pesquisa desenvolvida sob nossa coordenação, com a cooperação de diversos docentes do Departamento (1). O trabalho intitulado “A qualidade de vida urbana em Natal” procura sistematizar uma série de dados sobre a cidade, dando ênfase nas análises a aspectos do conforto e da percepção ambientais. Numa perspectiva mais geral, ele dá continuidade a uma série de estudos por nós desenvolvidos desde 1989, que têm como objeto de preocupação principal as cidades médias (2), por muito tempo apontadas como solução à concentração e aos problemas das grandes metrópoles, e ainda hoje associadas a um melhor padrão de vida urbana.

2. CONCEITOS

A primeira questão que se impõe é deixar claro o que se entende por qualidade de vida e por qualidade ambiental. O discurso contemporâneo da qualidade (presente em quase todos os aspectos da vida humana) está em sintonia com dois princípios tipicamente pós-modernos : o da distinção/diferenciação e o da liberdade individual de escolha (diga-se, de consumo), em oposição à padronização e ao universalismo modernos. Em um conceito mais abrangente, qualidade é a propriedade de algo ou alguém que se individualiza, distinguindo-se dos demais; é a excelência, o talento, que diferencia, destaca (3). Sob esta ótica, a massificação (de um produto, de um idéia) pode tornar-se sinônimo de perda de qualidade. E isso é perfeitamente aplicável à vida urbana. A massificação nas cidades, a perda das identidades, a desumanização, comprometem a qualidade de vida. Qualidade é então um conceito necessariamente seletivo, distintivo, e portanto excludente; só há qualidade na comparação com o que não tem. É também um conceito dinâmico, diante da rapidez das transformações da era do efêmero e do descartável. O que é de qualidade hoje, pode não ser amanhã. Quando falamos em qualidade de vida, incluímos não só o ser humano como sua relação com tudo o que existe sobre o planeta. A qualidade de vida envolve tanto aspectos objetivos (como a renda, os indicadores de saúde, de educação), quanto subjetivos (a sensação de bem-estar, de segurança, a identificação com determinado lugar), o que passa necessariamente pela percepção dos indivíduos e grupos e pela emissão de juízos de valor. Ela incorpora também a qualidade ambiental, do meio natural e construído. Uma análise mais completa da questão requer, portanto, uma abordagem interdisciplinar, com a cooperação de diversos enfoques teórico-metodológicos (Velo, 2000). Ainda assim, é necessário precisar com clareza os limites dos objetos e análises, sob pena de empurrar o interdisciplinar para o abismo nebuloso, impreciso, da subjetividade. Como alerta Paulo Guimarães Silva, a qualidade de vida é antes de tudo um “conceito normativo” (de uma situação ideal ou desejável), “que envolve o qualitativo mas que se exprime quantitativamente pelos seus componentes”. Entretanto, ele mesmo observa que a questão não pode ser tratada apenas em seu nível normativo; “deve-se também levar em consideração as percepções individuais influenciadas pela cultura e pela educação dos indivíduos” (1996:198).

Em todo caso, consideramos que o poder de compra é fator indispensável. Não é possível falar de qualidade de vida sem acesso a uma renda digna, sem isso não há desenvolvimento, e não há liberdade, uma das maiores aspirações do homem contemporâneo (SEN, 1999). O acesso a serviços básicos como água potável, esgoto, moradia permanente e durável, educação e saúde, são também indicadores objetivos da qualidade de vida. Acrescentando-se a eles variáveis da qualidade ambiental (os mais freqüentes são m² de área verde por habitante, indicadores da qualidade do ar e da água), pode-se então obter uma

aproximação mais “qualitativa” das condições de vida em um assentamento humano. O que é inquietante é o que revelam alguns estudos : se todos os habitantes do mundo atingissem o padrão de consumo dos países desenvolvidos, o planeta se tornaria insustentável (4). Questões cruciais : primeiro, a escala (até onde podemos crescer ?); e a possibilidade de se conferir qualidade de vida a todos, sem exclusão. Por esta ótica apocalíptica, o desenvolvimento inclusivo globalizado seria incompatível com a sustentabilidade ambiental e econômica planetária.

3. O CASO DE NATAL

Natal é uma capital de porte médio, que teve um crescimento urbano significativo nas duas últimas décadas (passou de 400 para 700 mil habitantes em 20 anos). Sua base de sustentação econômica principal é o turismo, que desenvolveu suas atividades a partir da exploração dos atrativos naturais da cidade – belas paisagens de dunas, mar sem poluição, sol e brisas frescas praticamente o ano todo. O marketing territorial em torno deste patrimônio ambiental local é considerável, difundindo uma imagem quase paradisíaca de um lugar tranquilo e agradável para se viver e, sobretudo, para se empregar as economias (no lazer, mas também nos negócios que se multiplicam em torno da indústria do turismo). Essa imagem ambiental, onde destacam-se marcos como o Parque das Dunas (figura 01), a Via Costeira (figura 02) e o Morro do Careca na praia de Ponta Negra (figura 03), constitui, assim, a própria identidade da cidade, à qual se associa uma boa qualidade de vida. Ela é construída e “vendida” nos meios de divulgação a partir de valores essencialmente visuais que alicerçam a tríade da estética moderna : “beleza”, “ordem” e “limpeza”. Segundo a visão freudiana retomada por Bauman (1998), estes são pressupostos básicos para o “bem-estar” da civilização, ainda que para isso sejam suprimidas liberdades individuais e ocultadas desigualdades sociais perversas (paradoxalmente, sempre causas de grande mal-estar entre os homens civilizados). Aliás, essa preocupação estética/ambiental tem pautado historicamente a maior parte das intervenções urbanísticas na cidade de Natal, como nos planos de Palumbo e Saturnino de Brito na primeira metade do século passado (*cf.* Ferreira, 1999), nos quais foi definido um bom desenho urbano, com parcelamentos e malhas viárias generosas, observando as condições de higiene e conforto. Atualmente, ainda que de forma muito mais superficial, o esteticismo também pode ser observado nas obras da administração municipal onde a manutenção da estrutura viária, o paisagismo decorativo e a limpeza urbana são nitidamente privilegiados. Enfim, tudo se faz para a manutenção de uma boa imagem da cidade, seguindo os mencionados princípios da ordem, beleza e limpeza. *Slogans* bastante difundidos como “Natal, terra do sol”, “o ar mais puro das Américas” indicam que as propriedades ambientais são as principais qualidades da cidade.



Figura 01 : Parque das Dunas/Natal, em primeiro plano. Contraste com a massa edificada do centro da cidade. Sua preservação é fundamental para a qualidade ambiental urbana local.

De fato, a qualidade ambiental urbana em Natal é comprovadamente de nível superior, quando comparada a aglomerações do mesmo porte. Segundo um relatório da NASA, de 1997, Natal possui o ar mais puro das Américas, entre as cidades com mais de 200 mil habitantes. Tem uma média de 24 m² de área verde por habitante – segundo alguns autores, o recomendado pela OMS seria 12m²/habitante. O Parque das Dunas é a maior área de preservação ambiental do município, compreendendo uma área de 1.172 ha. Trata-se do segundo maior parque urbano do país, e, com certeza, é o principal responsável pela qualidade do meio ambiente urbano local (MONTEIRO, 2001). O total de vazios urbanos, graças também à presença de muitas áreas militares, compreende 4.517 ha ou 26,7% da superfície do município, o que é um percentual considerável. Além disso, a boa configuração do traçado urbano, que permite não só a fluidez do tráfego de veículos, mas principalmente a circulação dos ventos sudeste, também contribui para um conforto ambiental bastante satisfatório na cidade. Outro aspecto positivo reside no fato de Natal ainda não ser uma aglomeração muito densa e verticalizada, apesar de já estar em curso na cidade um significativo processo de verticalização, em especial nos bairros planejados e mais centrais de Tirol e Petrópolis.

A legislação urbana, através principalmente do último Plano Diretor (de 1994), bem que procura conservar o patrimônio ambiental, que é, como dissemos, a própria imagem da cidade e sua principal atração turística. Há muito rigor nas áreas de preservação ambiental e na definição de parâmetros urbanísticos para construções próximas a elas. Por exemplo, em muitos bairros, a taxa de solo permeável exigida por lote é de no mínimo 20%, o que gera protestos dos empreendedores imobiliários. Aliás, estes são os principais responsáveis pelas diversas tentativas de “revisão” do Plano Diretor, algumas já concretizadas. Segundo eles, diante das restrições de uso e de ocupação do solo em Natal, o preço da terra torna-se muito alto; muitos investimentos tornam-se economicamente inviáveis. Eles estão cada vez mais investindo em municípios vizinhos (de legislação mais “flexível”) e, com isso, a cidade vem perdendo progressivamente arrecadação de impostos, assim queixam-se muitos políticos locais. Não há ganhos sem perdas. A preservação do meio ambiente tem um custo, e em geral ele é alto, sobretudo quando se trata de áreas nobres urbanas, com belas paisagens naturais, (sempre objeto de grande cobiça).



FIGURA 02: Via Costeira, Natal/RN. Ameaça ao meio ambiente. Ocupação das dunas, especialmente por edificações hoteleiras.



FIGURA 03: Morro do Careca, praia de Ponta Negra, Natal/RN.
Mais uma área de preservação ambiental urbana.

No entanto, apesar da reconhecida qualidade ambiental, os demais indicadores da qualidade de vida em Natal (segundo a definição aqui utilizada) põem em xeque a fama que ostenta a cidade. A renda familiar *per capita*, por exemplo, está longe de atingir níveis de primeiro mundo, assim como o percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto. Vejamos alguns dados: segundo o IBGE, em 1991, 33 % da população natalense vivia abaixo da linha da pobreza, *i.e.*, com rendimento médio mensal familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Ainda naquela data, só 19,7 % dos domicílios urbanos eram ligados à rede geral de esgoto. A cidade, de topografia consideravelmente acidentada, também enfrenta problemas de drenagem nos períodos de chuvas, e a violência urbana, embora ainda incipiente, já começa a atormentar a população. O aumento do fluxo de turistas (internacionais principalmente) tem feito crescer os casos de roubo e de prostituição em áreas estratégicas da cidade. A esperança de vida ao nascer (65,8 anos) está abaixo da média brasileira (68,1 anos, já considerada baixa) e a taxa de analfabetismo entre a população adulta é de 16 %. Enfim, para a população local, o quadro de vida cotidiano é bem menos paradisíaco, em especial para aqueles que residem nos bairros periféricos, que pouco ou nada têm de “belos”, “ordenados” ou “limpos”. A segregação sócio-espacial urbana reproduz os modelos encontrados em outros centros do país.

Além disso, a percepção ambiental e as sensações de bem-estar são diferentes segundo os grupos populacionais (residentes e visitantes), os estratos sociais e suas vivências/experiências nas diversas áreas da cidade (Elali, 1999). Para os habitantes da zona norte, que é segregada social e espacialmente, lugares privilegiados como a Via Costeira e a praia de Ponta Negra, muito freqüentados por turistas, são quase que inacessíveis, principalmente pela pouca oferta de linhas de transportes coletivos. Estes locais são sempre objetos de projetos de urbanização, mantidos limpos e bem policiados. As praias mais populares, bem servidas por transportes coletivos (como as da Redinha, do Meio e do Forte), são consideradas “perigosas” e “degradadas”. Nesta perspectiva, preservação ambiental (ordem, limpeza e beleza) e pobreza parecem ser incompatíveis. A pobreza “suja” a paisagem imaculada do consumo turístico e “bagunça” seu ordenamento funcional. Daí, a obsessão pela padronização e ordenamento das barracas de ambulantes, nos casos em que a coabitação é inevitável. A qualidade ambiental precisa ser esteticamente mantida para a manutenção da imagem de uma cidade ideal, boa para se viver, freqüentar e, sobretudo, investir.

4. CONCLUSÃO

A construção e preservação da imagem de uma cidade não devem ser pautadas unicamente em valores estético-visuais, ainda que estes sejam os aspectos mais perceptíveis, as impressões que ficam nas imagens mentais dos habitantes e visitantes. A imagem ambiental também não deve ser entendida como sinônimo de qualidade de vida. Segundo o dito popular, quem vê cara não vê coração. Para avaliar qualitativamente as complexas questões urbanas, é preciso ir além das aparências para desvendar fenômenos e processos menos evidentes. Apesar da qualidade ambiental ser fator indispensável ao desenvolvimento sustentável e uma das condições para a melhoria da qualidade de vida dos usuários da cidade, é preciso que sejam asseguradas outras necessidades primordiais ao exercício da plena cidadania, como o acesso ao emprego e a uma renda digna, à saúde e à educação, além do direito de mobilidade e de apropriação democrática dos diversos territórios urbanos. Permanece a questão de como isso pode ser estendido a todos, sem exclusão...

NOTAS

- (1) Colaboram na pesquisa as professoras Gleice Elali (estudos de percepção ambiental), Ruth Ataíde (estudos urbanísticos/legislação), Virgínia Araújo (conforto ambiental urbano) e Virgínia Costa (pesquisa sobre a qualidade do ar em Natal), além do consultor estatístico Prof. Henrique Araújo.
- (2) Estes estudos produziram uma dissertação no Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE (Veloso, 1992), uma tese de Doutorado na Universidade de Paris-III, defendida em 1997 e posteriormente publicada em livro (Veloso, 1999) e uma série de artigos em diversas publicações. A mudança da ótica da pobreza para a da qualidade de vida amplia o campo de abordagem.
- (3) Definição do Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos.
- (4) Por exemplo, como relata Barbieri, *“um relatório produzido pela ONU no Dia Mundial do Meio Ambiente de 1993 estima que, se todos os habitantes da Terra queimassem combustíveis fósseis na mesma taxa dos norte-americanos, além de provocar nossa própria asfixia, esses recursos se esgotariam da noite para o dia”* (2000 : 32).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente – as estratégias de mudança da agenda 21**, Petrópolis : Vozes, 2000.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**, Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1998.
- ELALI, G. Imagem da cidade de Natal/RN, Brasil : a percepção de moradores e visitantes, In. **XXVI Congresso Internacional de Psicologia**, Caracas, Venezuela, 1999. Anais Eletrônicos.
- FERREIRA, A. et al. As intervenções higienistas em Natal : as primeiras tentativas de fazer a cidade apropriada ao clima. In. **V Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído**, Fortaleza, 1999. Anais Eletrônicos.
- MONTEIRO, M. **Clima urbano e vegetação : estudo analítico e prospectivo do Parque das Dunas em Natal/RN**. Natal, 2001. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SEN, A. **Development as freedom**, New York : Knopf, 1999.
- SILVA, P.G. Qualidade de Vida no Meio Urbano : aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local. In FISCHER, T (org.). **Gestão Contemporânea : cidades estratégicas e organizações locais**, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VELOSO, M. **Sem rua nem roça – um estudo sobre a favelização em cidades médias no Nordeste**, Recife, 1992. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco.
- VELOSO, M. **Pauvreté et Villes moyennes au Brésil – le cas de Petrolina et Picos dans des zones agricoles du Nord-Est**, Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 1999.